



“UMA QUEIXA” BRASILEIRA E “UNA DEFENSA” ARGENTINA: A CONFLITUOSA RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES E INSPETORES ESCOLARES (1901-1915)

Marcelo Gomes da Silva
marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br
Cíntia Borges de Almeida
(UERJ)

Resumo

A função de inspetor escolar pode ser entendida como componente de uma maquinaria disciplinar, que descreve e dá visibilidade a um conjunto de determinadas informações, referentes ao corpo docente e as suas práticas, colocando-os em um campo de vigilância. De outro lado, encontramos um corpo docente que possui suas vontades, seus desejos e que se relaciona com essa maquinaria, nem sempre de forma passiva. Neste sentido, podemos observar conflitos oriundos dessa relação entre os inspetores de escolares e os professores. A proposta deste trabalho é discutir dois casos que ilustram bem a tensão entre os professores e inspetores escolares. O primeiro caso ocorreu no ano de 1901, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, com a professora Maria Ottilia Lopes após os exames escolares. O segundo deu-se na Argentina, em 1913, na cidade de Chivilcoy, localizada na província de Buenos Aires. O estudo dos casos faz emergir a postura dos professores, entendendo-os como sujeitos ativos no processo educacional, o que é possível a partir das indagações inferidas da perspectiva de Thompson (1981) o qual sugere que as experiências dos sujeitos, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados, contribuem efetivamente para o processo de escolarização ocorrido em cada lugar. A análise ocorreu a partir do diálogo com autores como Adrián Ascolani, Sirinelli, Levi, dentre outros, tendo como documentação, requerimentos e publicações no Jornal do Commercio e Correio de Minas, e a publicação por parte do professor Cesar Patella no livro chamado “Una Defensa”, registrando todo o processo desencadeado após uma visita do inspetor escolar na Escola Normal onde lecionava. Observamos uma reação por parte dos professores, onde ambos se articularam a partir de suas redes de sociabilidades para, cada um em seu país, conseguir se defender das acusações. Pensar estes dois casos que possivelmente não foram os únicos, frutos de uma tensão existente entre os professores e os inspetores escolares, agentes do Estado, é importante para compreendermos algumas questões e elencarmos outras. O fato de perceber que os professores reagiam às acusações, não aceitando passivamente o que era imposto, e que tinham noção do que estava sendo discutido é um deles. Outra questão interessante é que essas ações, por parte dos professores, exigiam um esforço e um envolvimento de várias pessoas, professores como eles ou não, o que refletia as redes de sociabilidades tecidas por esses indivíduos e um sentimento corporativista. Outro ponto importante que merece ser destacado é a possibilidade de se pensar questões a partir da empiria e não somente ficar cruzando as medidas estatais relacionadas à educação em diferentes países, a exemplo de discussões em torno das legislações e cronologias densas e importantes, mas que nem sempre dão conta da realidade cotidiana vivida por esses professores.

Palavras -chave: Ações de professores. Brasil. Argentina.

A função de inspetor escolar pode ser entendida como componente de uma maquinaria disciplinar, que descreve e dá visibilidade a um conjunto de determinadas informações, referentes ao corpo docente e as suas práticas, colocando-os em um campo de vigilância (BORGES, 2007). De outro lado, encontramos um corpo docente que possui suas vontades, seus desejos e que se





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

relaciona com essa maquinaria, nem sempre de forma passiva. Neste sentido, podemos observar conflitos oriundos dessa relação entre os inspetores de escolares e os professores.

A proposta deste trabalho é discutir dois casos que ilustram bem a tensão entre os professores e inspetores escolares, ao mesmo tempo demonstra uma reação por parte dos professores, onde ambos se articularam a partir de suas redes de sociabilidades para, cada um em seu país, conseguir se defender das acusações. O primeiro caso ocorreu no ano de 1901, na cidade de Juiz de Fora, com a professora Maria Ottilia Lopes após os exames escolares. O segundo deu-se na Argentina, em 1913, na cidade de Chivilcoy, localizada na província de Buenos Aires e fez surgir uma publicação por parte do professor Cesar Patella do livro chamado “Una Defensa”, registrando todo o processo desencadeado após uma visita do inspetor escolar na Escola Normal onde lecionava.

Não pretendemos realizar aqui uma história comparada entre Brasil e Argentina, tarefa considerada por demais ambiciosa para ser realizada em um artigo, já que para tal empreitada seria necessário conhecer “entre dois ou mais factos, fenómenos ou processos educativos e a interpretá-las levando em consideração a relação destes com o contexto social, político, económico, cultural, etc. a que pertencem” (FERREIRA, 2008 p. 215). O trabalho em questão aproxima-se da chamada “historia vista de baixo”, a qual permite a possibilidade de “uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história” (SHARPE, 1992, p. 54).

O que se propõe é entender, como em lugares distintos, com pessoas distintas, podem ocorrer ações semelhantes? Trata-se, portanto, de um esforço de reflexão no sentido de perceber dissonâncias e semelhanças no processo histórico docente, já que:

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.) Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. (THOMPSON, 1981. pág. 50)





O caso brasileiro: Maria Ottilia Lopes

Realizaram-se ontem os exames da escola regida pela senhorita Maria Ottilia Lopes, distinta professora da cadeira mista municipal, servindo de examinadores a normalista senhorita Rita de Cássia de Sousa Lima, professor Felicissimo Mendes e o normalista Francisco Fortes, sob a presidência do tenente José Luiz da Cunha Horta, zeloso inspetor das escolas municipais [...] **A comissão examinadora fez constar em ata um voto de louvor à inteligente professora, pelo resultado apresentado.**¹ (grifos nosso)

O trecho acima foi publicado no *Jornal do Commercio*, da cidade mineira de Juiz de Fora, no dia 14 de novembro de 1901, um dia após a escola regida pela professora Maria Ottilia Lopes ter sido examinada. Era praxe a publicação dos resultados dos exames escolares nos jornais da cidade. Nota-se, que a notícia fala de *voto de louvor à inteligente professora*. No entanto, o mesmo exame fez surgir uma “queixa” da professora ao Agente Executivo Municipal:

Examinados os alunos das diferentes classes e lavrada a ata de exames (...) lança o Sr. Inspetor contra mim, que tudo ouvir respeitosamente, as mais ásperas, as mais severa e injusta admoestação. Ora, exorbitando deste modo o Sr. Inspetor Escolar de suas atribuições e calcando aos pés o Código Disciplinar, Seção II, art. 126, por advertir-me publicamente, quando, no caso ocorrente me não atingia um só dos parágrafos do citado artigo, segundo acima ficou claramente explanado e atentando também este proceder de tão alta autoridade de Ensino contra minha integridade moral e profissional, cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais e que abaixo transcrevo, confiante na retidão e justiça com que tendes pautado todos os vossos atos administrativos, deposito em vossas mãos presente **queixa**, a qual junto para maior esclarecimento, os documentos ao lado² (grifo nosso).

Temos aqui duas versões, uma dada pelo jornal baseado na ata do exame, portanto a versão oficial, e outra versão da professora. Interessante pensar qual a intenção dos jornais em publicar os resultados dos exames. Seria uma forma de legitimá-los? A questão ressaltada faz pensar acerca da função do jornal, a quem ele atendia e para quem ele pretendia exercer o convencimento. Ajuda-nos ainda, a refletir no sentido de perceber como o jornal enquanto

¹ *Jornal do Commercio*. 14/11/1901, p.1.

² Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Carta de Maria Ottilia Lopes ao Agente Executivo Municipal.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

documento está carregado de significados a serem decifrados e como a sua escrita pode interferir no social, já que se trata de uma escrita intencional, carregada de escolhas, como alertou Le Goff, “o documento [...] será fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha [...], parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica” (LE GOFF, 1996, p.526-527). A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento.

Não encontramos nenhuma resposta da professora Maria Otília Lopes publicada nos jornais da cidade. No entanto, não podemos afirmar que isso não tenha ocorrido. São recorrentes notícias provenientes de professores, discorrendo sobre diversos assuntos, inclusive em relação a atrito com inspetores:

Queixa-se por nosso intermédio ao Sr. Dr. Secretário do interior o (...) professor público de uma das cadeiras primarias da cidade do Pomba, de estar lutando com inúmeras dificuldades de vida, porque o inspetor escolar dali, caprichosamente, lhe nega atestados de cumprimento de dever desde o mês de junho do ano corrente³.(grifo nosso)

Percebemos, ao correr a vista nos jornais, que as “queixas” eram recorrentes, fruto da tensão existente entre a relação professor/inspetor. Os discursos tinham uma grande circulação, logo a transmissão e divulgação dos ideais nacionais foram se alastrando e funcionando com um mecanismo persuasivo, de convencimento. Os jornais, periódicos, tablóides, tiveram grande influência nesta propagação. “A imprensa foi sem dúvida, uma das principais estratégias utilizadas pelos intelectuais para difundir os seus discursos civilizatórios e legalistas” (FARIA FILHO e SALES, 2009, p.28)⁴. No entanto, notamos que outros grupos também utilizaram dessa ferramenta para denunciar, ilustrar, divulgar suas ideias e posições. Aproveitavam-se de sua circulação e poder de alcance, sujeitos políticos e intelectuais, representantes da elite social que circulavam pelos espaços públicos e participavam do engajamento na tarefa de estruturação do Estado. Eram sujeitos onipresentes em “cargos políticos e funções públicas importantes como vereador, juiz de paz, conselheiro, vice-presidente e presidente de província, delegados de círculos literários,

³ Jornal *Correio de Minas*. 23/11/1904, p.1.

⁴ Artigo retirado do livro *Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

professor público, entre outros” (INÁCIO, 2009, p.45)⁵, que circulavam por muitos espaços e ainda “redigem e editam jornais, promovem festas públicas, são membros de irmandades de misericórdia e de agremiações políticas” (idem, idem, p.45). A imprensa jornalística assumiu um papel determinante nesse projeto de propagação.

Afinal, apenas a imprensa periódica, que alcançava milhares de lugares, era capaz de transpor os limites dos pequenos círculos (...). [Apenas a imprensa] podia proporcionar a difusão de um conjunto de conceitos e possibilitar sua retenção pela recorrência (SILVA, 2006, p. 49).

Apesar de hierarquicamente os inspetores serem considerados superiores, a imprensa parece ter sido utilizada como uma ferramenta por parte de alguns professores para equilibrar a relação. A “queixa” ao tornar-se pública, angariava aliados aos professores:

Ao Sr. Dr. Secretário do interior transmitimos a **queixa** que por nosso intermédio faz (...) uma das distintas professoras locais, constantemente distinguida com as perseguições que lhe move o sr. inspetor escolar. (...) Diante das próprias alunas, entre as quais figurava uma filha do diretor desta folha, usou o dito sr. inspetor escolar da faculdade que lhe não confere o regulamento, repreendendo a titular da cadeira, que, pela natureza do sexo a que pertence, tem direito a tratamento mais delicado. (...) O verdadeiro motivo, porém, do abuso cometido é a manifesta má vontade do sr inspetor escolar contra a escola a que nos referimos (...) como si um funcionário pudesse e devesse ter semelhantes caprichos. Cumpre-nos ainda cientificar ao sr. Dr. Secretário do interior que outro professor, aliás inteligente e cumpridor dos seus deveres, nos procurou há dias também, pedindo o nosso comparecimento aos próximos exames de sua escola, por lhe constar que o sr. Inspetor escolar vai nomear examinadores para ali desafetos seus, como de costume. No interesse do bem público e da justiça o *Correio de Minas* terá representantes seus em cada escola, por ocasião dos exames futuros, e de tudo dará conta a seus leitores⁶ (grifo nosso).

Assim sendo, apesar da publicação dos exames nos jornais serem uma forma de legitimação das “estruturas normativas”, ao mesmo tempo, a imprensa também era utilizada pelos professores na defesa de seus direitos, pois “uma queixa pressupõe, para ser formulada tanto quanto para ser socialmente aceita, o reconhecimento de um direito” (SILVA, 1988. p.34).

⁵ Idem ao 5.

⁶ Jornal *Correio de Minas*. 20/10/1904, p.1.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A carta de Maria Ottilia Lopes enviada ao Agente Executivo Municipal serve de indício para pensarmos como os professores tinham conhecimento dos “regimentos” em vigor, criados, grosso modo, para “fiscalizá-los”, inspecioná-los, ou seja, como forma de controle e, além disso, usavam dos mesmos para beneficiar-se. Na carta, a professora demonstra conhecimento da legislação vigente denunciando que o inspetor teria rompido com o “Código Disciplinar, Seção II, art. 126, atingindo a minha integridade moral e profissional, cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais.” No final da carta, a professora lista os artigos que dão suporte para sua “queixa” contra o Inspetor⁷.

A resposta a “queixa”: o inspetor

A “queixa” da professora Maria Ottilia Lopes desencadeou um processo que envolveu os examinadores presentes no dia do exame. O Inspetor José Luiz da Cunha Horta reagiu à acusação da professora, enviando também uma carta ao Agente Executivo Municipal dizendo “Não te[r] o menor fundamento a queixa (...) formulada pela digna professora”. Na carta, o Inspetor questiona a professora, por ela ter apresentado a queixa somente 22 dias após os exames, segundo ele “só depois de miserável e arditosamente iludida por mesquinho e baixo desafeto do inspetor é que se capacitou que este a tinha tratado com menos consideração do que ela merece e lhe foi dispensado”. Como “testemunhas”, anexo à carta enviada, o inspetor recorre a um examinador e a um engenheiro, com os seguintes argumentos:

Ofereço como contestação os documentos do criterioso professor e examinador Felicíssimo Mendes Ribeiro e do ilustrado engenheiro Dr. João Lustosa de Sousa, pessoa qualificada e acima de qualquer suspeita, que junto a esta informação. Faço-a exclusivamente para cumprir as altas ordens de V^ª. Ex^ª, pois entendo que **si uma autoridade escolar estiver a mercê das queixas mais ou menos vagas de seus subordinados perderia todo prestígio, que o cargo exige e não poderia pronunciar duas palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de**

⁷ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Carta de Maria Ottilia Lopes ao Agente Executivo Municipal.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

todos os crimes; pois não faltariam adutores ou irresponsáveis que se prestassem a envenenar as suas palavras e dar-lhes sentido que não tinham⁸ (grifos nosso).

É bem provável que nem todos os professores estavam inseridos numa rede de sociabilidade que lhes possibilitassem agir/reagir de maneira uniforme a variadas situações. Os cargos que ocupavam na cidade e as pessoas a que estavam envoltos provavelmente definiria o teor das suas escritas, tanto nos jornais quanto em requerimentos e ofícios enviados à Câmara, quando se iriam ou não reagir, reclamar, ou queixar-se de alguma situação ou fato. Portanto, ser “professor (a)” não significava uma homogeneidade entre os indivíduos. Para entender melhor acerca do termo ‘rede de sociabilidade’ as palavras de Gontijo nos ajuda a pensar que “investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e grupos, buscando mapear suas ideias, tradições, comportamentos (...) de modo que seja possível caracterizar (...) seus esforços de reunião e de afirmação de identidades em determinados momentos (GONTIJO, 2005, p.277).

Mas, uma questão emerge na “fala” do inspetor, a hierarquia. Institucionalmente, os professores estavam “abaixo” do posto de inspetor, ele era uma “autoridade escolar”, não poderia ficar a “mercê das queixas (...) vagas dos seus subordinados”. Porém, ao mesmo tempo em que o inspetor escreve afirmando seu poder, ele também deixa implícito o “poder” dos professores, de modo que “não poderia pronunciar duas palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de todos os crimes”. Ora, mesmo classificando as “denúncias” dos professores como vagas, elas surtiavam um efeito e por mais que banalizasse as “queixas” prevendo que qualquer um poderia fazer uma calúnia, o inspetor, que tinha os professores como seus “subordinados”, foi subjugado ao regimento, como citado pela Maria Ottilia Lopes, e teve que seguir as burocracias do processo, enviando inclusive “testemunhas” de sua conduta, explicitando, mais uma vez, que as escritas, reclames e queixas dos professores não foram em vão, já que “a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis” (LEVI, 2005, p.180). Entre as duas “testemunhas” do inspetor apenas uma estava presente durante os exames no dia 13 de novembro de 1901. O engenheiro Dr. João Lustosa de

⁸ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 153. Carta do Inspetor José Luiz da Cunha Horta ao Agente Executivo Municipal.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sousa, não estava presente nos exames. O seu testemunho é baseado no que “o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, em conversa, disse (...) que durante os exames da escola da rua São Mateus, não houve incidente algum que desabonasse a procedimento [do inspetor] ou que [o] ofendesse”⁹. Portanto, o inspetor tem como “testemunha” principal apenas um dos examinadores presentes, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro.

Um exemplo dessa imagem pejorativa criada pelos inspetores acerca dos professores, os tratando como inferiores e incapazes, pode ser observado no relatório de 1902¹⁰ escrito pelo Inspetor Extraordinário do governo, Estevam de Oliveira. Esse cargo foi criado para controlar a matrícula e a frequência nas escolas, a fiscalização nas salas de aulas, a disciplina dos alunos e dos professores. A partir dessa autoridade delegada ao Inspetor Estevam, o mesmo utiliza de seu poder e prestígio para ‘denunciar as mazelas’ da educação no estado mineiro. Ao ilustrar em seu relatório o problema da formação do professorado mineiro o inspetor afirma sair dessa questão “o conjunto de qualidades inapreciáveis que [caracterizava] a competência do professorado primário”, tornando a instrução elementar em Minas Gerais “grosseira e uma mentira” (OLIVEIRA, 1902, p.46). Em seguida, comparando os professores mineiros aos do Rio de Janeiro e São Paulo e seus métodos pedagógicos, Estevam de Oliveira intitula o método de rotineiro e “confiado a centenas de professores analfabetos” (Idem, 1902, p.150). Essas questões permitem-nos fazer inferências sobre a visão que se tinha do professor e como ele, em muitos casos, era considerado um sujeito inferior e hierarquicamente abaixo dos outros agentes educacionais. Foi o que aconteceu com a Professora Ottilia.

Em suma, o processo foi desencadeado pela queixa de uma professora e a única “testemunha” visual do inspetor é um de seus “subordinados”, ou seja, um professor. O interessante é que um ano antes, este mesmo professor foi um dos signatários de um manifesto publicada no *Jornal do Commercio* conclamando o “professorado de Minas” a se unirem¹¹.

⁹ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 153. Resposta de João Lustosa de Souza ao Inspetor.

¹⁰ Relatório produzido a partir das viagens do Inspetor Estevam de Oliveira ao Rio de Janeiro e São Paulo, como também a partir de suas observações acerca das necessidades existentes no ensino público primário e normal em Minas Gerais. Esse relatório foi encomendado pelo governo mineiro no ano de 1900.

¹¹ Notícia publicada no *Jornal do Commercio* do dia 09/12/1900, pág. 2. Sobre a notícia ver: SILVA, Marcelo Gomes da. Ao Professorado de Minas: a Educação Manifesta nos Jornais. Artigo apresentado no II Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO, 2010.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Tratava-se, portanto, de um professor atuante e que também se “queixava” com frequência à Câmara Municipal.

As “testemunhas” da professora Maria Ottilia Lopes

Ao apresentar a “queixa” contra o inspetor municipal, a professora Maria Ottilia enviou junto aos documentos os ‘testemunhos’ dos examinadores. Como visto, o inspetor obteve o apoio de um dos examinadores (Felicíssimo Mendes) e de outra pessoa que nem estava presente, mas que ouviu sobre o ocorrido pela boca do professor Felicissimo. Por outro lado, a autora da “queixa” apresentou os ‘testemunhos’ de quatro pessoas. Portanto, em número de pessoas confirmando a sua versão, Maria Ottilia ficou em vantagem.

Ao cruzarmos as fontes um ponto chamou a atenção. Na notícia sobre os exames publicada no *Jornal do Commercio* no dia 14 de novembro de 1901, consta como examinadores a normalista D. Rita de Cássia Lima, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro e o normalista Francisco Fortes Bustamante. Destes, apenas um “testemunhou” a favor do inspetor. Na carta “queixa” enviada, Maria Ottilia lista como examinadores os mesmos nomes informados pelo jornal, acrescentando apenas que houve “a assistência de diversas pessoas interessadas”¹². Porém, na Ata do exame, consta como examinadores, além dos nomes listados acima, os professores Raymundo Tavares, Saint-Clair Elias Machado e Francisco Paixão. Pode-se pensar o porquê do jornal não ter mencionado sequer a presença de assistentes. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que uma ata também pode sofrer alteração, ela é ‘construída’ e pode, assim como o jornal, omitir ou ocultar informações, como nos alerta Chartier (1990, p.17) ao dizer que “[um documento produtor de discurso] produz estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade á custa de outros, por elas menosprezados (...)”. Fato é que Maria Ottilia convoca para confirmar sua versão os professores/examinadores Raymundo Tavares, Francisco Fortes e Saint-Clair, além de um nome que não aparece nem na publicação nem na Ata do exame, o de Manoel Luiz do Couto e Silva.

Uma mesma carta foi enviada a cada um deles com o seguinte teor:

¹² Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Carta de Maria Ottilia Lopes ao Agente Executivo Municipal.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Rogo me respondais ao pé desta o seguinte: 1º- Em que termos o Sr. Inspetor das Escolas Municipais encerrou os trabalhos na escola sob minha regência. 2º- Se o seu discurso de encerramento foi ouvido pelo corpo discente, comissão examinadora e mais pessoas presentes. 3º- qual foi o resultado dos exames e se este resultado podia autorizar qualquer referência menos airosa à minha competência profissional. Grata, se me autorizardes a fazer desta o uso que me couvier; subscrevo-me¹³.

A resposta ao pedido de Maria Ottilia Lopes foi dada em consenso entre os examinadores. Raymundo Tavares confirmou a “queixa” da professora. Segundo ele, o inspetor “em palavras que revelaram mau humor, procurou depreciar o trabalho apresentado pelos alunos que acabaram de ser examinados”¹⁴. Francisco Fortes Bustamante afirmou que o inspetor tratou a professora “com palavras injustas e ásperas não só relativas ao aproveitamento dos alunos, como também à distribuição das classes”¹⁵. No mesmo sentido, o professor Saint-Clair Elias Machado declarou que o inspetor teve uma “atitude grosseira, voz tremula, vacilante, chamou a atenção da professora para o resultado dos exames de outras escolas”¹⁶.

Os três examinadores confirmam a versão da professora. O que levou o outro professor examinador a “testemunhar” em favor do inspetor? Essa é uma questão intrigante. A dinâmica dos exames proporcionava ao professor atuar como examinador em um dia e no outro ter sua escola examinada por aquele mesmo que ele havia avaliado. Portanto, podemos inferir que alguns cuidados eram tomados nas avaliações, afinal, os resultados dos exames poderiam causar transferência ou fechamento das escolas. Ao mesmo tempo, como descrito neste artigo, a posição de examinador poderia causar um beneficiamento do poder. Talvez por isso, os nomes dos examinadores, apesar de ser a maioria professores, se repetiam.

O fato de Felicissimo Mendes Ribeiro ter “deposto” confirmando a versão do inspetor é interessante por algumas razões. Entre elas, o fato de seu nome aparecer entre um crítico dos órgãos institucionais municipais. Não necessariamente a sua posição de crítica explicaria ou justificaria uma tomada contra um inspetor. Mais outro fato importante e já citado, é a

¹³ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Carta de Maria Ottilia aos examinadores.

¹⁴ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Resposta de Raymundo Tavares.

¹⁵ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Resposta de Francisco Bustamante.

¹⁶ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Resposta de Saint-Clair Elias Machado.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

participação deste no manifesto do *Jornal do Commercio*, em 1900. A questão é que entre os signatários do manifesto estavam além de Felicíssimo, os professores Raymundo Tavares e Francisco Paixão, este último não tem seu nome listado no processo como “testemunha”, mas aparece entre os examinadores presentes no dia do ocorrido. Ou seja, um ano após os professores assinarem juntos um manifesto conclamando “o professorado de Minas” a se unirem, eles estão ‘divididos’ em um caso de atrito com o inspetor. O curioso é que no centro de todo o processo está José Paixão, que teve inclusive seu nome listado por todas as ‘testemunhas’ que afirmaram que o Inspetor teria dito à Maria Ottilia Lopes “que exames bons seriam os do professor J. Paixão aos quais vos aconselhou a que fosseis assistir”¹⁷. José Paixão, Felicissimo Mendes Ribeiro, Raymundo Tavares e Francisco Paixão, estes quatro completam a lista dos que assinaram o manifesto em 1900.

Mas afinal, por que Felicíssimo ficou do lado do inspetor e não da professora? Será que sua condição social, a primeira vista menos privilegiada, o tolhia de tomar uma posição mais autônoma? Esta hipótese não dá conta do fato dele ter enviado a Câmara um requerimento bastante crítico e com pedido de aumento de vencimento. Enfim, são relações muito complexas e difíceis de serem resolvidas dentro de um artigo.

O processo aqui exposto serviu-nos para discutir algumas questões, mas infelizmente, pela pesquisa empírica feita até o momento, não foi possível desvendar o seu desfecho. Não sabemos que fim levou o inspetor, se foi punido ou não. De todo modo, para nós historiadores, o que interessa é o processo, afinal, não nos cabe julgar.

O caso argentino: César Patella

El que suscribe, exonerado por el C. N. de E. del cargo de profesor de matemáticas de la escuela normal de Chivilcoy, eleva respetuosamente a S.E. el Sr. Ministro de J. e I. Pública la siguiente exposición de hechos y consideraciones com el objeto de fundamentar las conclusiones que al fin de la presente se expresan (PATELLA, 1915, p. 1).

¹⁷ Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154. Resposta de Francisco Fortes Bustamante.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Assim se inicia o livro “Una Defensa, contribucion á la História de las escuelas Normales bajo la dependência del Consejo Nacional de Educacion” , escrito pelo professor César Patella, “ciudadano argentino de cuarenta y uno años de edad, casado, con siete hijos, domiciliado em Chivilcoy, Avenida Soárez 375” (p. 92), O livreto que se encontra na Biblioteca Nacional da Argentina, foi publicado em 1915.

Trata-se, portanto, de “una defensa”, feita pelo professor sobre um caso ocorrido com o mesmo em 1913 que envolveu um inspetor escolar e o diretor da escola normal de Chivilcoy. Após a visita do inspetor Salinas a Escola Normal, motivado por uma denuncia de incompetência formulada pelo diretor do estabelecimento, teria resultado na seguinte avaliação do inspetor:

(...) el Sr. César Patella, profesor de matemáticas, no tiene título profesional ni há demostrado siquiera una mediana capacidade para dictar la cátedra. Sus alumnos, siendo tratados com “benevolência” y a pesar de hacerse preparar por profesores particulares, a quienes pagan crecidos honorários, obtienen em las pruebas de fin de curso el peor resultado que pueda darse: com que el porcentaje de aplazados supera al noventa por ciento. Discute las órdenes y desatiende las indicaciones amistosas del superior. Tuvo además, según consta em su foja de servicios um apercebimiento que el H. Consejo le impuso por participar activamente de la politica (PATELLA, 1915, p.4).

Diante o ocorrido, o professor Patella reuniu depoimentos em sua defesa, solicitando ao ministro que:

- 1) se establezca claramente quien ha sido el autor del dato falso relativo al número de aplazados, por cuanto constituye el perno de toda la acusación;
- 2) la anulación lisa y llana de las resoluciones transcritas;
- 3) su reposición como profesor de matemáticas con dos cátedras, en la escuela normal de Chivilcoy (PATELLA, 1915, p.93).

O livro sugere indícios da rede de sociabilidade do professor César Patella, o que pode ser reforçado pelo número de pessoas que testemunharam a seu favor. Na primeira parte do livro encontra-se “las opiniones de directores, vice directores y profesores de matemáticas- opiniones autorizadas, diremos así, por los mismos cargos”. Consta nessa primeira parte nomes importantes, como do Diretor da Escola Industrial de la Nación, onde o professor também lecionou, e do ex-diretor da Escola Normal de Chivilcoy, assim como depoimentos de ex-inspetores das escolas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

normais e ex-inspetor geral de Mendoza, dentre outros. Os depoimentos foram unânimes em destacar a capacidade do professor, reafirmando alguns pontos criticados pelo inspetor Salinas. Além disso, traz um histórico de bons antecedentes do professor, como o depoimento da vice-diretora da escola normal de Mercedes em Corrientes, que destaca a atuação de César Patella como professor naquela escola de 1906 a 1908. Neste primeiro momento do livro são descritos depoimentos de vinte pessoas. O caso foi parar nos jornais e resultou em uma petição:

La sencilla petición de los 356 firmantes implica respeto y gratitud hacia el catedrático exonerado, sentimientos que no pueden haber nacido al calor de medianas capacidades que hubiesen estado durante nueve años consecutivos al servicio de la escuela normal, y por más de diez y seis al de las demás escuelas de Chivilcoy (PATELLA, 1915, p. 25).

O que levou trezentas e cinquenta e seis pessoas a assinarem uma petição? Seria apenas a capacidade do professor ou a possibilidade de se colocar “contra” uma atitude do Estado? Seriam todos os assinantes professores? No livro contém os nomes de todos os assinantes, o que permite uma averiguação de quem foram essas pessoas, o que não realizamos por não ser a proposta deste trabalho. Supondo que contenha um número considerável de professores nessa petição, podemos considerar como um sentimento corporativista docente, ou seja, os professores teriam se sensibilizado com o caso e se disposto a ficar do lado de Patella. Para Ascolani, a união de professores e suas manifestações, apesar de não terem sido aceitas pacificamente, foram representações de cidadania e afirmação de seus direitos sociais.

Los tempranos derechos sociales del magisterio tuvieron como contrapartida la limitación de los derechos civiles, como era el derecho de huelga y, en el ejercicio amplio de su profesión, también el debilitamiento de los derechos políticos, puesto que las manifestaciones de esta naturaleza podían ser entendidas como confrontación contra el orden socio-político controlado por los partidos y facciones hegemónicas (ASCOLANI, 2010, p.4).

Diferente da Maria Ottília, onde o processo foi mapeado no arquivo em folhas avulsas encontradas de forma fragmentada, temos os fatos reunidos pelo próprio acusado. Este detalhe é interessante e merece ser questionado, pois sabemos que não existe neutralidade em história, e podemos pensar porque alguns documentos resistem ao tempo e outros não. No entanto, houve





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma intencionalidade por parte do professor, neste caso, “as intenções são, elas próprias um objeto de investigação” (THOMPSON, 1981, p.36).

Apesar de ser uma construção feita pelo professor e tendo em mente que o livreto tratava-se de “Una Defensa”, ainda assim, é um registro importante, em medida que a partir dele emerge questões que são semelhantes ao caso brasileiro. Ao mesmo tempo também são distintos, ou seja, aproximam-se e distanciam-se um do outro, ilustrando as nuances de cada lugar, dando pistas do todo, de um processo que é histórico e que não ocorreu somente no Brasil.

Temáticas emergentes da “Una Defensa”

Os vários depoimentos de professores, diretores, ex-alunos, enfim, todo o conjunto alocado pelo professor César Patella, pode ser um rico documento para os historiadores da educação. Apesar das ‘falas’ daqueles que averiguaram a competência do professor Patella terem uma construção argumentativa comum, ou seja, se apresentavam enquanto depoente justificando o porquê de estar ali falando a favor do professor, para em seguida elogiá-lo, podemos perceber indícios das estratégias usadas pelos professores à época.

Apesar de haver fiscalização, ordenamento e um controle sobre a prática docente em ambos os países, esses dois casos, entre outros conforme veremos abaixo, nos dão pistas de que os professores não recebiam essa relação de forma passiva, sem questionamentos e ainda mais, usavam do discurso institucional a seu favor.

Amar al maestro, señor presidente es dignificar su situación; amar al maestro es darle las armas que necesita para desempeñar su alta misión. Tampoco es amar al maestro ni a la provincia el empujarlo a la revuelta en contra de los intereses del niño y de la enseñanza. El maestro no está para levantar tormentas, está para calmarlas; el maestro es un elemento de equilibrio, un elemento de organización; es un elemento de paz y no de guerra, predica el respeto a la ley, el culto de los altos ideales, la moral del sacrificio, el heroísmo frente a la miseria y el dolor, malos consejeros de las conciencias; he ahí su alta significación. Para las madres les es necesario saber que sus hijos tienen en la escuela la misma seguridad que en sus hogares, y por eso es necesario que al maestro se le saque de las tormentas populares... (...)

El maestro debe ser apóstol de la enseñanza, un padre para el niño, un organizador de la nacionalidad, sostén del orden y equilibrio en la humanidad; y por eso choca y no se concibe al maestro agitador y banderizo, predicando el odio y la revuelta en las plazas publicas (IMPRESA DE LA PROVINCIA, 1921, p.391 apud ASCOLANI, 2010, p.8).





Percebemos também essa reação com a Maria Otília que faz a denúncia contra o inspetor pautada em um artigo do regulamento vigente na época. No caso argentino, o professor Patella, também remonta a legislação para construir seu argumento:

El art. 50 del Reglamento General de las Escuelas Normales de la Nación dice: “Para ser profesor se requiere: 1º Tener um título profesional universitario y haber cursado los respectivos estudios de las Escuelas Normales o en la Facultad de Filosofía y Letras, de acuerdo con los decretos vigentes, asignatura de que há de ser encargado” No hay, pues, la menor duda que el título, legalmente considerado, no es condición perentoria para ser catedrático de las escuelas normales. (PATELLA, 1915, p.52).

Um dos pontos enfocados pelo inspetor escolar sr. Salinas, foi que César Patella não possuía o título necessário para exercer a profissão, o qual o professor respondeu remetendo ao artigo 50 do regulamento. Nessa discussão, Patella informa ainda sobre a condição da formação dos professores na Argentina naquele momento, dizendo que o número de professores para o nível secundário ou que pudessem lecionar nas escolas normais era demasiado pequeno, o que fez com que o Estado aproveitasse os maestros, ou seja, professores primários, para exercerem essa função. Percebe-se, portanto, que o professor Patella estava muito bem articulado com a realidade enfrentada pelo professorado e com as medidas tomadas pelo próprio Estado, usando da contradição existente entre a fiscalização pelos inspetores e as medidas institucionais tomadas pelo Estado. A crítica à formação dos professores pode ser observada em outro momento:

Incongruencias de esa naturaliza, verdadeiras pretensiones absurdas, son el fruto de esse falso critério, que adjudica la capacidade de estudiar exclusivamente a los maestros y universaliza tan sólo para ellos la suficiencia del título - los académicos están excluidos de este privilegio – lo tenemos em la reiterada ventilación de la conveniencia de la rotación de los profesores de enseñanza secundaria so pretexto de fomentar el estudio y la consiguiente perfección individual (PATELLA, 1915, p.51).

A relação conflituosa entre os inspetores e professores, que intitula esse artigo, foi comum nos dois casos. Aliás, nos dois estudos aqui apresentados podemos perceber que o que norteou





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

todo o processo desencadeado pelos professores, foi um conflito com os inspetores escolares. No caso brasileiro, as inspeções ocorriam em diversos momentos e também durante os exames escolares, onde eram avaliados tanto os professores quanto os alunos. Em relação ao César Patella, podemos observar que as inspeções nas escolas também eram uma praxe, portanto, no seu caso específico, ocorreu a partir de uma denúncia de incompetência feita por parte do diretor da escola normal de Chivilcoy. A crítica feita pelo professor ao inspetor e ao modelo de inspeção existente é contundente:

No hay, pues, la menor duda que la inspección de escuelas normales, a pesar de tratarse de acusaciones contra el director, y no obstante formularsen ellas cargos como: violación de reglamentos, disciplina cuartelesca, arbitrariedades em los exámenes, injusticias para con alumnos y profesores, falsidades em los informes, etc.etc., se há hecho um deber de prescindir por completo de la vicedirectora del establecimiento, y ha estimado oficiosas las luces de su opinión em asuntos de esta naturaliza!!!(PATELLA, 1915, p.41).

Pela complexidade e os diversos depoimentos apontados no livro, e tendo em vista o espaço limitado de discussão que caracteriza um artigo, aponto apenas alguns temas dos vários apontados pelo professor Patella. Tarefa que, volto a frisar, pela sua complexidade, demonstra um pouco de descrição, mas pela necessidade que a temática exige e não por defender uma história positivista que ilustra um texto com relatos como se tivessem trazendo a verdade ou que os mesmos falassem por si. O texto desta “defesa” tecida, construída, editada e dirigida pelo professor César Patella tem que ser questionado, devemos sempre desconfiar das fontes, como alerta Thompson:

Qualquer historiador sério sabe que os “fatos” são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras – técnicas que nos forneceriam a “história” já embalada e sem o contato da mente humana, através da ingestão automática do computador – podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas (THOMPSON, 1981, p. 38).

Parte dessa desconfiança surge quando o próprio autor de “Una Defensa” tenta dar veracidade e legitimidade aos testemunhos:





Aún admitiendo que el afecto y el espíritu de compañerismo tengan alguna trascendencia en esas cartas, los conceptos honrosos tienen tales puntos de contacto, que les prestan, á pesar de todo, cierto grado de veracidad evidente que nadie puede poner en duda (PATELLA, 1915, p. 12).

O processo inicia-se com uma denúncia contra o professor Patella, e no final da publicação, depois de todos os argumentos e depoimentos postos nas noventa e uma páginas, é ele quem ‘acusa’:

1) al director de la escuela normal de Chivilcoy – Santiago del Castillo – de haber abusado de la confianza depositada en él por sus superiores y haber sorprendido su buena fé para satisfacer rencores intereses personales inconfesables; de haber obrado por propios impulsos sin critério y sin razón y aún sin consultar su inmediata asesora la vice-diretora de la escuela. 2) al inspector general de escuelas normales – Sr. J.J. Millán – de haber asesorado al C.N. de E. en contra de los dictados de la justicia, com evidente parcialidade, sin fundamentos de carácter técnico o professional, haciendo caso omisso de las opiniones de otros funcionários y colocando la autoridad de su cargo a la disposición de intereses contrários a los de la enseñanza. 3) al C.N. de E. de eludir – voluntaria o involuntariamente – la intervención seria, amplia y severa que reclama este assunto, por cuanto ella complica a sus mismos asesores técnicos (PATELLA, 1915, p.93).

Algumas considerações

Como dito na introdução, este trabalho não teve a pretensão de ser uma história comparada, levando em consideração todos os aspectos que tal tarefa exige. No entanto, pensar dois casos que possivelmente não foram os únicos, frutos de uma tensão existente entre os professores e os inspetores escolares, agentes do Estado, é importante para compreendermos algumas questões e elencarmos outras. Alguns apontamentos podem ser observados a partir disso. O fato de perceber que os professores reagiam às acusações, não aceitando passivamente o que era imposto, e que tinham noção do que estava sendo discutido é um deles. Outra questão interessante é que essas ações, por parte dos professores, exigiam um esforço e um envolvimento de várias pessoas, professores como eles ou não, o que refletia as redes de sociabilidades tecidas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

por esses indivíduos e um sentimento corporativista, no caso brasileiro, apenas um professor não confirma sua versão. Mais que entender a atitude dos mesmos como um gesto coletivo, devemos inferir que tais professores não atuaram apenas como docentes preocupados com uma ação específica, mas sim, homens públicos atuando pelo social, portanto, podendo ser definidos como intelectuais a partir da definição de Jean-François Sirinelli, que atribui aos seus comportamentos acepções que englobam os criadores e os mediadores culturais e também, aqueles engajados e eruditos representados pela imagem do jornalista, do escritor, do professor. O autor baseia a concepção de intelectual “na noção de engajamento na vida da cidade como ator; segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de manifestos; testemunha ou consciência” (SIRINELLI, 2003, p.243). Portanto, é deste modo que compreendemos a atuação destes professores.

Outro ponto importante que merece ser destacado é a possibilidade de se pensar questões a partir da empiria e não somente ficar cruzando as medidas estatais relacionadas à educação em diferentes países, a exemplo de discussões em torno das legislações e cronologias densas e importantes, mas que nem sempre dão conta da realidade cotidiana vivida por esses professores.

Referências

ASCOLANI, Adrian. Una ciudadanía restringida: tensiones en torno a los derechos y las obligaciones del magisterio. La gran huelga de 1921, Santa Fe, Argentina. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.1-29, 2011.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: a organização da inspeção de professores na Corte (1854-1865)**. 30ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, 2007.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13-27.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). **Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FERREIRA, Antônio Gomes. O Sentido da educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n.2, p.124-138, maio/ago. 2008.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 259-284.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 4.ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996, p. 525-541.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.167-182.

OLIVEIRA, Estevam de. **Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas, 1902.

PATELLA, César. **Una Defensa**: contribuições a la História de las Escuelas Normales bajo la dependência del Consejo Nacional de Educacion, Buenos Aires. 1915

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. pp. 39-62.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. pp. 231-269.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 227-268.

